



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa
Gabinete do Deputado Ismar Marques

PROJETO DE LEI Nº 015 / 04, DE 15 DE abril.

DE 2004.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em:

14 / 04 / 04

Ismar Marques

Reconhece de Utilidade Pública a
Associação Beneficente ABBA de Parnaíba
- PI.

APROVADO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte
Lei.

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Beneficente ABBA de Parnaíba, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada com sede e foro no município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina(PI), 31 de março de
2004.

Ismar Marques
Dep. ISMAR MARQUES

Orgão	PL
Número	PL - 1055/04
Data	15.04.04
Assunto	Proj. 2.º ei
Matrícula	
Assinatura	<i>Ismar</i>

AL DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Protocolo
15-04-04

PPH PARRALLOS

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO

I. DA NOMEAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS E ÁREA DE AÇÃO

Art. 1º Fica aprovado em sua íntegra o Estatuto da Associação Benéfica ABBA sem fins lucrativos, de duração ilimitada. Situada na Rua Travessa Anhaguera, 75 Bairro Guarita na cidade de Parnaíba, estado do Piauí.

Art. 2º A Associação terá como objetivo fomentar atividades produtivas de infraestrutura social e serviços sociais para melhorar as condições de vida da comunidade visando a autogestão.

Parágrafo Único – A Associação poderá constituir pequenas empresas, comitês, grupos, e outras formas de trabalhos para melhor cumprimento de seus objetivos.

II. DOS SÓCIOS – SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Art. 3º A Associação será constituída por sócios de ambos os sexos, maiores de 18(dezoito) anos ou emancipados na forma da lei, que sejam residentes na comunidade e aprovados pela assembléia.

Art. 4º Os sócios não responderão subsidiariamente por obrigações assumidas pela Associação sem previa aprovação da Assembléia Geral.

Art. 5º Os sócios que saírem da Associação por justa causa e/ou de livre e espontânea vontade não receberão indenizações a qualquer título.

Art. 6º São direitos dos sócios:

- a) votar e ser votado para cargos eleitorais ;
- b) solicitar informações e esclarecimentos a respeito das atividades da Associação;
- c) apresentar sugestões, propostas e planos de trabalho de interesse da Associação;
- d) gozar de todos os benefícios que a associação venha a conseguir;

- e) tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nele se tratarem;
- f) demitir-se da Associação quando lhe convier;

Art. 7º São obrigações dos sócios:

- a) pagar as contribuições regularmente determinadas por deliberação da Assembléia Geral;
- b) comparecer às reuniões e assembléias para deliberação de interesse da Associação;
- c) zelar pelo bom nome e patrimônio da Associação;
- d) respeitar as resoluções baixadas pela Diretoria e as deliberações das Assembléias Gerais;

Art. 8º A admissão de novos sócios será proposta por um associado à Assembléia Geral, que aceitará ou não a inclusão do novo sócio, exceto os herdeiros necessários e o cônjuge sobrevivente, cujo ingresso devera ser automático

Art. 9º Será desligado da Associação o sócio que:

- a) mudar de residência para fora da comunidade;
- b) pedir seu afastamento;
- c) falecer;
- d) se por motivo grave, for excluído do quadro social por deliberação da Assembléia Geral;
- e) falta mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) durante o ano, salvo por motivo de força maior devidamente justificada e accito pela Assembléia Geral;

III. DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º A associação será administrada por uma diretoria eleita em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, que se realizará sempre na primeira quinzena do mês de janeiro, a cada dois anos.

Art. 11º A diretoria será composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo Secretário, Tesoureiro, Segundo Tesoureiro que terão mandato de dois anos a partir da data da eleição e não receberão remuneração a qualquer título.

Art. 12º Compete à Diretoria as seguintes atribuições:

- a) preparar planos e programas de trabalho;
- b) decidir sobre a aplicação dos recursos ao atendimento das operações e serviços;
- c) fixar normal e disciplina funcional;
- d) propor a criação de empresas, e grupos de trabalho;
- e) contratar pessoal, obras, serviços e adquirir máquinas e equipamentos;
- f) fazer cumprir fielmente o presente Estatuto;
- g) outras que aprove a Assembléia Geral:

Art. 13º A Diretoria se reunirá, por convocação do presidente, ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

Parágrafo único – Perderá automaticamente o cargo o membro da Diretoria que, sem justificativa faltar 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) durante o ano.

Art. 14º São obrigações do Presidente:

- a) representar a Associação em juízo ou fora dele;
- b) presidir as reuniões e Assembléias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e reuniões da Diretoria;
- c) assinar convênios e acordos com terceiros;
- d) supervisionar as atividades da Associação;
- e) convocar reuniões e Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- f) assinar, conjuntamente com o tesoureiro, documentos bancários e comerciais;
- g) preparar relatórios anuais de atividades;
- h) outras que aprove a diretoria:

Art. 15º Compete ao Vice-Presidente: Interessar-se permanentemente, pelo trabalho do Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 09 (nove) dias:

Art. 16º Compete ao Secretário:

- a) redigir as atas nas reuniões e Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) assinar, conjuntamente com o presidente, as convocações para as reuniões e Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- c) atender aos demais serviços da Secretaria, trazendo sempre em dia a correspondência e o arquivo em boa ordem e segurança;

Art. 17º Compete ao Tesoureiro:

- a) conduzir o movimento financeiro e contábil da Associação;
- b) conjuntamente com o Presidente, assinar documentos bancários e comerciais;
- c) conduzir os documentos administrativos e contábeis assumidos a sua custódia;

IV. DO CONSELHO FISCAL

Art. 18º Os atos da Associação serão fiscalizados por um Conselho Fiscal. Constituído de 03(três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes eleitos na Assembléia Geral, eleitos com mandato de 02 (dois) anos.

Art. 19º Compete ao Conselho Fiscal as seguintes atribuições:

- a) conferir mensalmente o saldo do numerário existente em caixa;
- b) verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração da Associação;
- c) acompanhar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros de execução dos projetos;
- d) cuidar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- e) verificar se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) preparar relatórios e recomendações ante a plenária para a correção dos erros cometidos na execução dos projetos;
- g) propor à Assembléia a admissão ou exclusão de associados;
- h) recepcionar e verificar as reclamações dos associados;
- i) outras que a Assembléia Geral aprove;

Art. 20º O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

V. DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21º A Assembléia Geral ordinária e extraordinária é o órgão supremo da Associação. Suas deliberações vinculam a todos ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 22º A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente. Após deliberação da Diretoria, ou por um terço dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais. Com antecedência de 08 (oito) dias.

Art. 23º A Assembléia Geral Ordinária se reunirá obrigatoriamente 01 (uma) vez por ano e, Extraordinariamente, sempre que necessário, em primeira convocação com pelo menos a metade mais 01 (um) dos sócios ou, em segunda convocação, com pelo menos um terço dos associados.

VI. DAS ELEIÇÕES

Art. 24º A diretoria será eleita pela maioria dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais e que estejam em dia com o pagamento das mensalidades 30 (trinta) dias antes da data da Assembléia Geral Eleitoral.

Art. 25º Não poderão ser postulantes a cargo da Diretoria os associados que tenham cargos políticos ou sejam candidatos aos mesmos.

Art. 26º As chapas para concorrerem às eleições deverão ser apresentadas com antecipação de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único – Em cada ato eleitoral poderão ser eleitos um terço da Diretoria e Conselho Fiscal.

VII. DO PATRIMÔNIO

a) contribuições dos associados

- b) subvenções e/ ou doações de instituições publicas ou privadas, nacionais, internacionais, devidamente autorizadas;
- c) receita provenientes da prestação de serviços aos associados e outros usuários;
- d) receita provenientes da venda de insumos e produtos da Associação;
- e) renda obtida pela aplicação dos recursos financeiros em títulos e valores mobiliários;
- f) rendas obtidas de empréstimos concedidos aos associados;
- g) participação nos lucros de empresas das quais associada;

VIII. DA DISSOLUÇÃO

Art. 28º No caso de dissolução da Assembléia, seu patrimônio será transferido para entidades similares no município. Caso não exista tais associações, o referido patrimônio devera ser transferido para outra associação da mesma natureza no estado do Piauí.

IX. DAS PENALIDADES

Art. 29º Os membros da Associação estão sujeitos a penalidades:

- a) advertência quando com atitude ou palavras cometerem faltas, contrariando os interesses da Associação, mas consideradas de menor gravidade pela Assembléia Geral;
- B) suspensão temporal quando reincidir em atitudes anteriormente citadas, ou cometerem faltas como a colocação de animais no roçado de outro assentado, ou cometerem outras faltas consideradas graves pela Assembléia Geral;
- d) exoneração quando cometerem faltas consideradas de maior gravidade pela Assembléia Geral;

Art. 30º Os membros da Diretoria que contrariarem os interesses da Associação Segundo decisão da Assembléia Geral, poderão ser afastados de seus cargos em uma Assembléia Geral com pelo menos 02 (dois) terços de seus associados.

Art. 31º Os membros da Diretoria que forem candidatos a cargos eleitorais serão afastados de seus cargos.

X. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º O presente Estatuto só poderá ser reformado no seu todo ou em parte pela vontade da maioria dos associados, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim. Na qual deverão estar presentes no mínimo, 02 (dois) terços dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 33º Os casos omissos no presente Estatuto, bem como a interpretação de artigo ou parágrafos que possam deixar dúvidas serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 34º O presente Estatuto transcrito no livro de Atas da Associação terá estrato publico no Diário Oficial do Estado, entrando em vigor regularmente.

XI ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

O mandato do Presidente, Vice Presidente, 1º Secretario, 2º Tesoureiro e 1º suplente do conselho fiscal terão o mandato de 3 (três) anos. Os demais cargos terão o mandato de dois anos.

A eleição será por aclamação, sendo eleito o candidato que tiver maior numero de Votos.

_____ de _____ de 2.000



7 891027 120580

1

Ata da Fundaç^o da Associaç^o Beneficente "ABBA". A quinze horas do dia dez de janeiro de ano de dois mil e um, na cidade de Curitiba - Par^a, foi dado início com a presença de Vincente Pinheiro a Assembleia geral para a criação da Associação Beneficente "ABBA", tendo a palavra o fundador de Manne Fernando Wanderley Sampaio de Moraes, que explicou aos presentes os objetivos da criação da referida Associação. Em seguida foi lida para todos os presentes o estatuto de Manne, logo após indicam os seguintes homens para compor a mesa diretora: Presidente Wanderley Sampaio de Moraes, Vice Presidente Gilson Carvalho Costa, Primeiro Secretário Alexandre José de Silva Oliveira, Segundo Secretário Luiz Rocha Oliveira, que aprovada por unanimidade, seguiu-se a eleição para a primeira diretoria da Associação por meio de votação de todos os presentes, foram associados de Manne. Foram eleitos por Manne de votar os seguintes homens, Presidente Julianna da Santa Gl^{ria} Moraes, Vice Presidente Bernhard - Ivart - Melo, Primeiro Secretário Alexandre José de Silva Oliveira, Segundo Secretário Luiz Moraes Sampaio, Terceiro Secretário João Emilio de Silva Neto, Quarto Secretário Gilson Carvalho Costa. Foram indicados e aprovados para compor o Conselho Fiscal os seguintes homens: Sr. Joo^o Rodrigues da Moura, Sr. Fabio de Souza, Sr. Luiz Carlos Silva Neres, como membros efetivos e como auxiliares os seguintes homens, Sr. Fran-

Aparece por semelhança à firma de WANDERLEY: SIM NÃO

[illegible]

BB 1.38
45338520/1

45338520/1

Em testemunho *conf* da verdade

Maria das Graças de Carvalho Vêras - Escrivente

Valido somente com a chancela do setor 19.

Santa Fe, N. M.

Marica Marquer S. Oliveira São Maria Bernard-
d- S. goncalves. A Assembleia geral teve seu
encerramento as dezessete horas e trinta minu-
tos do mesmo dia com uma oração dispozi-
do pelo Rev. Wanderyl Sampaio de Moraes em
favor da diáspora elit. E foram maiores cha-
des - ex. Alexandre José de Silv. Oliveira,
Primeiro Secretário houve a at- acima
que vai assinard- por mim e pelo Presiden-
te da Assemblé -

REGISTERED 1929

5 (1)

510 ~~CONFIDENTIAL~~

om niverd... 60

1944

Annals of the Association of
American Geographers

Official do Reg. CARLOS

Excluded to the same way

1. Da nascimento até duração, fino a data de morte

art. 1. Fica aprovada em sua integralidade a estatuto da Associação Beneficente para a Infância, com uma duração ilimitada, com sede na Rua do Imogrosso, bairro Garcia na cidade de Nova Iru, Estado de Goiás.

m. 2. Ci appaiava più come capitoli come
non alcuni particolari di una struttura
socia i mitici scienziati per mettere
a conio di via di cominciare un
o altro.

paralelo único - a distância para o cone-
to piquetes, impositos, comícios, grupos, e o
altos honras de trabalho para melhor
capacitação de suas crianças.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.335.392/0001-09	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 14/02/2001	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BENEFICENTE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ABBA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas,ne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO RUA TRAVESSA ANHANGUERA		NÚMERO 75	COMPLIMENTO
CEP 64215-150	BAIRRO/DISTRITO SAO FRANCISCO	MUNICÍPIO PARNAIBA	UF PI
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 833.006.273-20	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRT NO. 002/2001

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
GABINETE DO PREFEITO



13

LEI Nº 2.030, de 11 de março de 2004.

Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente – ABBA de Parnaíba, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Parnaíba, Estado do Piauí, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Beneficente ABBA de Parnaíba, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro em Parnaíba, Estado do Piauí

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Parnaíba (PI), 11 de março de 2004

PAULO EUDES CARNEIRO
Prefeito Municipal



14

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
Edifício Elias Ximenes do Prado – Praça da Graça, s/n
C.G.C. 06554430/0004-84
Caixa Postal 205
Fones: 0xx 86 322-3734 – 322-3380
PARNAÍBA - PIAUÍ

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 387, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

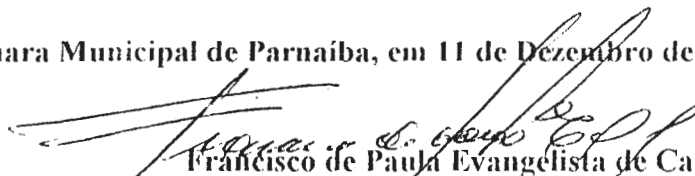
Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente – ABB de Parnaíba, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
APROVOU:**

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Beneficente ABBA de Parnaíba, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro em Parnaíba, Estado do Piauí.

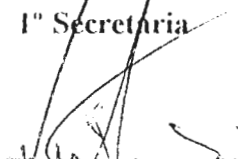
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Parnaíba, em 11 de Dezembro de 2001.


Francisco de Paula Evangelista de Carvalho
Presidente

Gentil Linhares Araújo
Vice-Presidente


Maria de Fátima Correia Veras
1ª Secretária


Júlio César de Sousa Silva
1º Tesoureiro


Ancelmy Lopes da Silva
2º Tesoureiro

1ª Discussão APROVADO C/ 14 Votos 06, 12, 2001
 2ª Discussão APROVADO C/ 15 Votos 10, 12, 2001
 3ª Discussão _____ C/ _____ Votos _____ / _____

PROJETO DE LEI Nº 2.616 / 2001

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA

APROVADO

Em _____ / _____ / _____

PRESIDENTE

Considera de Utilidade Pública a Associação
 Beneficente ABBA de Parnaíba, e dá outras
 Providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
 APROVA:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Beneficente ABBA de Parnaíba, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro em Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Parnaíba(PI), 04 de dezembro de 2001.


 WANDERLEY SAMPAIO DE MORAES
 Vereador do PTB





Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Penso</i>	FLS Nº <i>16</i>
ANEXOS —	NÚMERO <i>PL-1055/04</i>

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTA DA

Publicação de matéria
de *M* laudas.

Em *16/04/04*

[Assinatura]
Fundador

Liduína M. Monte M. Lima
Chefe Setor de Publicação

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a <i>Diretoria Legislativa</i>
Em <i>23/04/2004</i>
<i>[Assinatura]</i> Conceição de Maria Leite Galvão Chefe do Núcleo Redação de Atas

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a <i>Diretoria Legislativa</i>
Em <i>14/05/2004</i>
<i>[Assinatura]</i> Conceição de Maria Leite Galvão Chefe do Núcleo Redação de Atas

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais

Encaminha-se a *Autógrafos*
[Assinatura]

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a *Redação de Atas*
16-04-04

[Assinatura]
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a *Comissão Técnica*
26-04-04

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

PROVIDENCIADO

Em *19/06/04*
[Assinatura]
Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a *Sec. geral de Mesa*

DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI
19-05-04
[Assinatura]



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 26/04/04

Elaine

Conceição de Maria Lagoa Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Blairio
no quipre
para relatar.

Em 26/04/04

W

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

PL - 1055/04



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado FLÁVIO NOGUEIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 015/2004

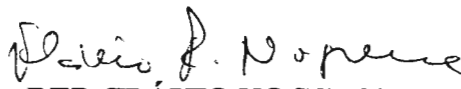
1. RELATÓRIO

No dia 31 de março de 2004, foi apresentado nesta Casa pelo Deputado Xavier Neto um Projeto de Lei nº 015/2004 em que sua EMENTA dispõe: Reconhece de utilidade Pública a Associação Beneficente ABBA de Parnaíba - PI.


2. VOTO

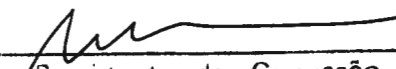
Do exposto, por atender os dispositivos Constitucionais, Regimentais e da boa técnica legislativa, além da notória contribuição que a mesma presta a comunidade piauiense, especialmente aos parnaibanos, é que somos favoráveis a sua aprovação.

Sala das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, Teresina 27 de abril de 2004.


DEP. FLÁVIO NOGUEIRA
Relator da CCJ





A PROVADO À UNANIMIDADE
em, 04 / 05 / 04

Presidente da Comissão de
Constituição e
Justiça



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

LEI Nº DE DE DE 2004.

Reconhece de utilidade Pública no Estado do Piauí, Associação Beneficente ABBA de Parnaíba – PI..

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública, a Associação Beneficente ABBA de Parnaíba, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada com sede o foro no município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. PI 19 de maio de 2004.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **JOÃO DE DEUS**
3º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 134

Teresina(PI), 20 de maio de 2004.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do Dep. **ISMAR MARQUES** que:

“Reconhece de utilidade pública no Estado do Piauí, Associação Beneficente ABBA de Parnaíba - PI”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL